

## QUESTÕES DE DIREITO INTERNACIONAL

### OAB – XXXI EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2020

#### Questão 20.

Em razão da profunda crise econômica e da grave instabilidade institucional que assola seu país, Pablo resolve migrar para o Brasil, uma vez que, neste último, há melhores oportunidades para exercer seu trabalho e sustentar sua família. Em que pese Pablo possuir a finalidade de trabalhar, acabou por omitir tal informação, obtendo visto de visita, na modalidade turismo, para o Brasil. Considerando-se o enunciado acima, à luz da Lei de Migração em vigor (Lei no 13.445/17), assinale a afirmativa correta.

**A)** Se Pablo, com o visto de visita, vier a exercer atividade remunerada no Brasil, poderá ser expulso do país.

*Comentário:* Antes da Lei de Migrações, na vigência do Estatuto do Estrangeiro, era possível a expulsão por mera conveniência. Com a Lei de Migrações só pode ser expulso quem comete crime de lesa-humanidade (previstos no Estatuto de Roma) ou que tenha cometido crime comum doloso sujeito a pena privativa de liberdade. Portanto, a assertiva está errada. Nesse caso, Pablo poderia ser deportado. Tanto a expulsão, quanto a deportação são medidas administrativas, mas a expulsão é para os crimes mencionados e deportação é para os casos de visto inadequado – art. 50 e seguintes da Lei de Migração.

**B)** Se Pablo, com o visto de visita, vier a exercer atividade remunerada no Brasil, poderá ser extraditado do país.

*Comentário:* Exatidão ocorre somente em caso de cometimento de crime, quando solicitado e ainda depende de dupla incriminação, ou seja, tem que ser crime no Brasil e no país que está solicitando.

**C)** Pablo poderia solicitar, bem como obter, visto temporário para acolhida humanitária, diante da grave instabilidade institucional que assola seu país.

**D)** Pablo poderá obter asilo, em razão da profunda crise econômica que assola seu país.

*Comentário:* Não é caso de asilo. Em síntese, Asilo é perseguição política a pessoas determinadas. Refúgio: para pessoas determináveis, como por exemplo: etnias, pessoas de determinado seguimento religioso, cor de pele, região, etc.

### OAB – XXX EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2019

#### Questão 19.

Em uma cidade brasileira de fronteira, foi detectado um intenso movimento de entrada de pessoas de outro país para trabalhar, residir e se estabelecer temporária ou

definitivamente no Brasil. Após algum tempo, houve uma reação de moradores da cidade que começaram a hostilizar essas pessoas, exigindo que as autoridades brasileiras proibissem sua entrada e a regularização documental. Você foi procurado(a), como advogado(a), por instituições humanitárias, para redigir um parecer jurídico sobre a situação. Nesse sentido, com base na Lei nº 13.445/17 (Lei da Migração), assinale a afirmativa correta.

**A)** A admissão de imigrantes por meio de entrada e regularização documental não caracteriza uma diretriz específica da política migratória brasileira, e sim um ato discricionário do chefe do Poder Executivo.

*Comentário:* Trata-se de diretriz da política migratória com base no art. 3º, V da Lei de Migração.

**B)** A promoção de entrada e a regularização documental de imigrantes são coisas distintas. A política migratória brasileira adota o princípio da regularização documental dos imigrantes, mas não dispõe sobre promoção de entrada regular de imigrantes.

*Comentário:* Em muitos casos, a promoção de entrada regular de imigrantes constitui inclusive um interesse do Brasil.

**C)** A política migratória brasileira rege-se pelos princípios da promoção de entrada regular e de regularização documental, bem como da acolhida humanitária e da não criminalização da migração.

*Comentário:* É a correta com base no art. 3º, III, V e VI da Lei de Migração.

**D)** O imigrante, de acordo com a Lei da Migração, é a pessoa nacional de outro país que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.

*Comentário:* Incorreta pois imigrante é quem sai, quem permanece, quem entra, inclusive os apátridas.

## OAB – XXVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2018

### Questão 21.

A Lei de Migração, Lei nº 13.445/17, dispõe sobre os direitos do estrangeiro em território nacional de uma forma mais ampla e abrangente do que a legislação anterior, revogada. A normativa em vigor dispõe que o estrangeiro no Brasil terá acesso ao sistema público de saúde e direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da sua condição migratória. Isso significa que o acesso à educação pública no Brasil é assegurado

**A)** somente aos estrangeiros portadores de visto de estudante ou permanente.

- B) a todos os migrantes, exceto os refugiados, que são regidos por legislação especial.
- C) apenas aos estrangeiros cujos países assegurem reciprocidade aos brasileiros.
- D) a todos os migrantes, inclusive os apátridas e os refugiados.**

## OAB – XXVI EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2018

### Questão 21.

Um ex-funcionário de uma agência de inteligência israelense está de passagem pelo Brasil e toma conhecimento de que chegou ao Supremo Tribunal Federal um pedido de extradição solicitado pelo governo de Israel, país com o qual o Brasil não possui tratado de extradição. Receoso de ser preso, por estar respondendo em Israel por crime de extorsão, ele pula o muro do consulado da Venezuela no Rio de Janeiro e solicita proteção diplomática a esse país. Nesse caso,

- A) pode pedir asilo diplomático e terá direito a salvo-conduto para o país que o acolheu. Não porque crime comum não tem direito a asilo.
- B) é cabível o asilo territorial, porque o consulado é território do Estado estrangeiro. Continua sendo território brasileiro.
- C) não se pode pedir asilo, e o STF não autorizará a extradição, por ausência de tratado.
- D) o asilo diplomático não pode ser concedido, pois não é cabível em consulado.**

*Comentário:* Para falar de asilo precisamos falar em crime político. Não cabe asilo para crime comum.

Embaixada = órgão político – representa os interesses do Estado. Embaixador é o representante do chefe do Estado, que terá poderes oficiais pra falar em nome do Estado.

Consulado = função técnica - diz respeito a processamento documental. Tem função semelhante a tabelionato, registro, questões alfandegárias.

Consulado não presta asilo, porque asilo é ato político.

## OAB – XXII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2017

### Questão 24.

Luca nasceu em Nápoles, na Itália, em 1997. É filho de Marta, uma ilustre pintora italiana, e Jorge, um escritor brasileiro. Quando de seu nascimento, seus pais o

registraram apenas perante o registro civil italiano. Luca nunca procurou se informar sobre seu direito à nacionalidade brasileira, mas, agora, vislumbrando seu futuro, ele entra em contato com um escritório especializado, a fim de saber se e como poderia obter a nacionalidade brasileira. Assinale a opção que apresenta, em conformidade com a legislação brasileira, o procedimento indicado pelo escritório.

A) Luca não tem direito à nacionalidade brasileira, eis que seu pai não estava ou está a serviço do Brasil.

B) Luca não poderá mais obter a nacionalidade brasileira, tendo em vista que já é maior de idade.

C) Luca tem direito à nacionalidade brasileira, mas, ainda que a obtenha, não será considerado brasileiro nato.

**D) Luca deverá ir residir no Brasil e fazer a opção pela nacionalidade brasileira.**

*Comentário:* Nacionalidade, art. 12 da CF - Brasil admite nacionalidade originária ou derivada.

**Originária:** art. 12, I CF – 2 critérios aceitos pelo Brasil : *jus soli* (nascido no território) e *jus sanguinis* (nascidos no estrangeiro se: 1) o pai ou a mãe estão a serviço da República Federativa do Brasil; 2) filho de pai ou mãe brasileiros, se registrado em repartição competente (consulado – art. 18 LINDB) ou quando maior de idade residir no Brasil e optar pela nacionalidade (não estará se nacionalizando, será originária)

A opção pela nacionalidade é um procedimento judicial de jurisdição voluntária que tramita junto a justiça federal, art. 109, X CF

## OAB – XVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2015

### Questão 23.

Carlos, brasileiro naturalizado, tendo renunciado à sua anterior nacionalidade, casou-se com Tatiana, de nacionalidade alemã. Em razão do trabalho na iniciativa privada, Carlos foi transferido para o Chile, indo residir lá com sua mulher. Em 15/07/2011, em território chileno, nasceu a primeira filha do casal, Cláudia, que foi registrada na Repartição Consular do Brasil. A teor das regras contidas na Constituição Brasileira de 1988, assinale qual a situação de Cláudia quanto à sua nacionalidade.

A) Cláudia não pode ser considerada brasileira nata, em virtude de a nacionalidade brasileira de seu pai ter sido adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.

*Comentário:* Não há diferenciação entre brasileiro nato e naturalizado, a não ser as previstas pela própria CF. O fato do pai ter adquirido a nacionalidade de forma derivada não influencia em nada na nacionalidade do filho.

B) Cláudia é brasileira nata, pelo simples fato de o seu pai, brasileiro, ter se mudado por motivo de trabalho.

*Comentário:* A afirmativa está errada pois o motivo de trabalho só influencia na nacionalidade dos filhos, se estiver a trabalho pela República Federativa do Brasil.

C) Cláudia somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

*Comentário:* Não é o caso porque ela foi registrada na Repartição Consular. Estaria correto somente se ela não tivesse sido registrada na repartição consular brasileira.

D) Cláudia é brasileira nata, não constituindo óbice o fato de o seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

*Comentário:* É a previsão do art. 12, I, c da CF.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: POSIÇÃO DO STF:** Em caso de adoção internacional, o filho adotivo de brasileiro, será brasileiro naturalizado. Muito embora, pelo Direito de Família, não há diferença entre filhos legítimos e adotivos, prevalece a posição do STF

## **OAB – XXXI EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2020**

### **Questão 21.**

Em função do incremento nas atividades de transporte aéreo no Brasil, a sociedade empresária Fast Plane, sediada no país, resolveu adquirir helicópteros de última geração da pessoa jurídica holandesa Nederland Air Transport, que ficou responsável pela fabricação, montagem e envio da mercadoria. O contrato de compra e venda restou celebrado, presencialmente, nos Estados Unidos da América, restando ajustado que o cumprimento da obrigação se dará no Brasil. No momento de receber as aeronaves, contudo, a adquirente verificou que o produto enviado era diverso do apontado no instrumento contratual. Decidiu a sociedade empresária Fast Plane, então, buscar auxílio jurídico para resolver a questão, inclusive para a propositura de eventual ação, caso não haja solução consensual. Considerando-se o enunciado acima, aplicando-se a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei no 4.657/42) e o Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) A lei aplicável na solução da questão é a holandesa, em razão do local de fabricação e montagem das aeronaves adquiridas.

*Comentário:* O local que se contrai obrigação é determinante para situações em direito internacional privado. A Lei aplicável é a do local onde a obrigação foi constituída.

B) A autoridade judiciária brasileira será competente para processar e julgar eventual ação proposta pela Fast Plane, mesmo se estabelecida cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

*Comentário* O Brasil admite eleição de foro, especialmente quando diz respeito a arbitragem internacional.

C) A autoridade judiciária brasileira tem competência exclusiva para processar e julgar eventual ação a ser proposta pela Fast Plane para resolver a questão.

*Comentário:* A autoridade brasileira é competente concorrentemente. Será exclusivamente competente quando se tratar de bem imóvel situado no Brasil.

D) A autoridade judiciária brasileira tem competência concorrente para processar e julgar eventual ação a ser proposta pela Fast Plane para resolver a questão.

*Comentário:* Processar e julgar: competência é norma processual. Entretanto, se tiver que aplicar alguma lei, a aplicável é a estadunidense (onde a obrigação foi constituída).

## OAB – XXX EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2019

### Questão 21.

Victor, após divorciar-se no Brasil, transferiu seu domicílio para os Estados Unidos. Os dois filhos brasileiros de sua primeira união continuaram vivendo no Brasil. Victor contraiu novo matrimônio nos Estados Unidos com uma cidadã norte-americana e, alguns anos depois, vem a falecer nos Estados Unidos, deixando um imóvel e aplicações financeiras nesse país. A regra de conexão do direito brasileiro estabelece que a sucessão de Victor será regida

A) pela lei brasileira, em razão da nacionalidade brasileira do de cujus.

B) pela lei brasileira, porque o de cujus tem dois filhos brasileiros.

C) pela lei norte-americana, em razão do último domicílio do de cujus.

*Comentário:* A regra geral de conexão quando se trata de pessoa é domicílio. Portanto, quando se discute questões relativas a sucessão, se considera o último domicílio do *de cujus* –art. 10. Da LINDB.

D) pela lei norte-americana, em razão do local da situação dos bens a serem partilhados.

## OAB – XXVI EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2018

### Questão 21.

Paulo, brasileiro, celebra no Brasil um contrato de prestação de serviços de consultoria no Brasil a uma empresa pertencente a François, francês residente em Paris, para a realização de investimentos no mercado imobiliário brasileiro. O contrato possui uma cláusula indicando a aplicação da lei francesa. Em ação proposta por Paulo no Brasil,

surge uma questão envolvendo a capacidade de François para assumir e cumprir as obrigações previstas no contrato. Com relação a essa questão, a Justiça brasileira deverá aplicar

*Comentário:*

**Primeira observação importante:** Domicílio é diferente de residência.

**Segunda observação importante:** quando se fala em capacidade tem artigo específico na LINDB – ART 7º – a lei do país do domicílio da pessoa determina as regras de personalidade

A) a lei brasileira, porque o contrato foi celebrado no Brasil.

*Comentário:* Errada pois, tratando-se de capacidade, falamos em lei do domicílio, que no caso, não é Brasil.

**B) a lei francesa, porque François é residente da França.**

*Comentário:* A questão não está completamente correta porque o correto é DOMICILIADO. Questão deveria ser anulada. Mas essa é a alternativa menos errada.

C) a lei brasileira, país onde os serviços serão prestados.

*Comentário:* Errada pois, tratando-se de capacidade, falamos em lei do domicílio, que no caso, não é Brasil.

D) a lei francesa, escolhida pelas partes mediante cláusula contratual expressa.

*Comentário:* Errada pois, tratando-se de capacidade, falamos em lei do domicílio, que no caso, não é Brasil.

**OAB – XXIV EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2017**

**Questão 20.**

Henrique e Ruth se casaram no Brasil e se mudaram para a Holanda, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Ruth pretende retornar ao Brasil. Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta.

A) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, eis que o casamento foi realizado no Brasil.

*Comentário:* Não precisa retornar para requerer

**B)** O divórcio, se efetivado na Holanda, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.

*Comentário:* Não necessariamente. Pode fazer divórcio consensual perante o consulado quando os dois do casal são brasileiros, não possuem filhos menores ou incapazes.

**C)** O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.

*Comentário:* É considerada a correta, pelos motivos expostos na afirmação anterior. O problema dessa questão é que não afirma que Henrique e Ruth são brasileiros.

**D)** Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

*Comentário:* O CPC não impede que um estrangeiro ou brasileiro residente no estrangeiro ajuíze ação no Brasil.

## OAB – XX EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2016

### Questão 24.

Lúcia, brasileira, casou-se com Mauro, argentino, há 10 anos, em elegante cerimônia realizada no Nordeste brasileiro. O casal vive atualmente em Buenos Aires com seus três filhos menores. Por diferenças inconciliáveis, Lúcia pretende se divorciar de Mauro, ajuizando, para tanto, a competente ação de divórcio, a fim de partilhar os bens do casal: um apartamento em Buenos Aires/Argentina e uma casa de praia em Trancoso/Bahia. Mauro não se opõe à ação. Com relação à ação de divórcio, assinale a afirmativa correta.

**A)** Ação de divórcio só poderá ser ajuizada no Brasil, eis que o casamento foi realizado em território brasileiro.

*Comentário:* O Brasil não é absolutamente competente. O Brasil só é absolutamente competente em relação aos bens imóveis aqui situados.

**B)** Caso Lúcia ingresse com a ação perante a Justiça argentina, não poderá partilhar a casa de praia.

*Comentário:* Está correta porque a casa de praia está no Brasil e só o Brasil é competente para decidir sobre bens imóveis que aqui estejam. O “poderá” deve ser lido como “não surtirá efeito” porque a decisão da Justiça Argentina sobre a casa de praia não vai surtir efeitos no Brasil pois só o Brasil tem competência para decidir sobre os bens imóveis que aqui se encontram.



C) Eventual sentença argentina de divórcio, para produzir efeitos no Brasil, deverá ser primeiramente homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

*Comentário:* Quando se fala em divórcio, tem que homologar na maior parte das vezes, mas pode ter efeito imediato em alguns casos, especificamente se já houver separação prévia de 1 ano.

D) Ação de divórcio, se consensual, poderá ser ajuizada tanto no Brasil quanto na Argentina, sendo ambos os países competentes para decidir acerca da guarda das criança e da partilha dos bens.

*Comentário:* Guarda das crianças a competência é do local do domicílio, e bens imóveis é onde eles estão.

## OAB – XVIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2015

### Questão 23.

Ricardo, brasileiro naturalizado, mora na cidade do Rio de Janeiro há 9 (nove) anos. Em visita a parentes italianos, conhece Giulia, residente em Roma, com quem passa a ter um relacionamento amoroso. Após 3 (três) anos de namoro a distância, ficam noivos e celebram matrimônio em território italiano. De comum acordo, o casal estabelece seu primeiro domicílio em São Paulo, onde ambos possuem oportunidades de trabalho. À luz das regras de Direito Internacional Privado, veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), não havendo pacto antenupcial, assinale a opção que indica a legislação que irá reger o regime de bens entre os cônjuges.

- A) Aplicável a Lei italiana, haja vista que nenhum dos cônjuges é brasileiro nato.
- B) Aplicável a Lei italiana, em razão do local em que foi realizado o casamento.
- C) Aplicável a Lei brasileira, em razão do domicílio do cônjuge varão.

**D) Aplicável a Lei brasileira, porque aqui constituído o primeiro domicílio do casal.**

*Comentário:* Quando os cônjuges tem domicilio diverso o que rege é o primeiro domicilio comum– art. 7º, §4º da LINDB.

## OAB – XVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2015

### Questão 24.

A sociedade empresária brasileira do ramo de comunicação, Personalidades, celebrou contrato internacional de prestação de serviços de informática, no Brasil, com a sociedade empresária uruguaia Sacramento. O contrato foi celebrado em Caracas, capital venezuelana, tendo sido estabelecido pelas partes, como foro de eleição, Montevideu. Diante da situação exposta, à luz das regras do Direito Internacional

Privado veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) No tocante à regência das obrigações previstas no contrato, aplica-se a legislação uruguaia, já que Montevidéu foi eleito o foro competente para se dirimir eventual controvérsia.

*Comentário:* CUIDADO. Não misturar direito processual com direito material. Questão material será regida pela lei da Venezuela, questão processual será pela lei Uruguaia.

B) Para qualificar e reger as obrigações do presente contrato, aplicar-se-á a lei venezuelana.

*Comentário:* Correta porque é o local onde a obrigação se constituiu. LINDB, art. 9

C) Como a execução da obrigação avençada entre as partes se dará no Brasil, aplica-se, obrigatoriamente, no tocante ao cumprimento do contrato, a legislação brasileira.

*Comentário:* Não, porque foi assinado em Caracas

D) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda expressamente o foro de eleição, razão pela qual é nula ipse jure a cláusula estabelecida pelas partes nesse sentido..

*Comentário:* A LINDB não nega o foro de eleição.

## OAB – XIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2014

### Questão 23.

Sobre o sistema de regulação de investimentos e fluxo de capital estrangeiro no atual ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

A) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.

*Comentário:* Aqui é hipótese de diferença de brasileiro nato e naturalizado trazida pela CF.

A primeira hipótese trazida pela Constituição é a do art. 12, §3º (Regra do MP4 – COM)

A segunda é do art. 89, VII da CF.

A terceira é o art. 5º, LI – não se extradita brasileiro nato.

A quarta e última situação que a CF faz diferença: para empresas jornalísticas e de rádio difusão - brasileiro nato ou naturalizado a mais de 10 anos (não e privativa de brasileiro nato como diz a afirmativa).

B) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, salvo nos casos previstos em lei.

*Comentário:* CORRETO. Art. 199 §3º da CF.

C) O sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

*Comentário:* CORRETO Art. 192 caput da CF

D) Os investimentos de capital estrangeiro, o incentivo aos reinvestimentos e a regulação à remessa de lucros serão disciplinados em lei, tendo por base o interesse nacional.

## OAB – XXIX EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2019

### Questão 20.

A cláusula arbitral de um contrato de fornecimento de óleo cru, entre uma empresa brasileira e uma empresa norueguesa, estabelece que todas as controvérsias entre as partes serão resolvidas por arbitragem, segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional - CCI. Na negociação, a empresa norueguesa concordou que a sede da arbitragem fosse o Brasil, muito embora o idioma escolhido fosse o inglês. Como contrapartida, incluiu, entre as controvérsias a serem decididas por arbitragem, a determinação da responsabilidade por danos ambientais resultantes do manuseio e descarga no terminal. Na eventualidade de ser instaurada uma arbitragem solicitando indenização por danos de um acidente ambiental, o Tribunal Arbitral a ser constituído no Brasil

A) tem competência para determinar a responsabilidade pelo dano, em respeito à autonomia da vontade consagrada na Lei Brasileira de Arbitragem.

*Comentário:* O Brasil só aceita arbitragem para discutir direitos patrimoniais disponíveis. Dano ambiental não é direito patrimonial.

**B) deverá declinar de sua competência, por não ser matéria arbitrável.**

*Comentário:* Quando se fala em homologação de decisão estrangeira, pode ocorrer parcialmente. Exemplo: se fosse dano patrimonial e extrapatrimonial, o dano patrimonial seria reconhecido e homologado. Sentença arbitral brasileira é título executivo extrajudicial, mas se vem de fora precisa passar por homologação pelo STJ. É cumprida no juízo federal. Se homologa: decisões judiciais definitivas e eventualmente as que não sejam judiciais, mas que no Brasil tenham natureza jurisdicional. EX: no

Japão é o prefeito que faz divórcio, mas aqui tem natureza jurisdicional, será homologada pelo STJ. É diferente de extradição que é no STF.

C) deverá proferir o laudo em português, para que seja passível de execução no Brasil.

D) não poderá decidir a questão, porque a cláusula arbitral é nula.

## OAB – XXVIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2019

### Questão 21.

Uma das funções da cooperação jurídica internacional diz respeito à obtenção de provas em outra jurisdição, nos termos das disposições dos tratados em vigor e das normas processuais brasileiras. Para instruir processo a ser iniciado ou já em curso, no Brasil ou no exterior, não é admitida, no entanto, a solicitação de colheita de provas

A) por carta rogatória ativa.

B) por carta rogatória passiva.

**C) a representantes diplomáticos ou agentes consulares.**

D) pela via do auxílio direto.

## OAB – XXVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2018

### Questão 20.

Em 14 de dezembro de 2009, o Brasil promulgou a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, por meio do Decreto nº 7.030. A Convenção codificou as principais regras a respeito da conclusão, entrada em vigor, interpretação e extinção de tratados internacionais. Tendo por base os dispositivos da Convenção, assinale a afirmativa correta.

A) Para os fins da Convenção, “tratado” significa qualquer acordo internacional concluído por escrito entre Estados e/ou organizações internacionais.

*Comentário:* Por costume internacional as organizações internacionais são sujeitos de direito internacional, mas a Convenção só prevê Estados.

B) Os Estados são soberanos para formular reservas, independentemente do que disponha o tratado.

*Comentário:* Incorreta pois, se o Tratado dispuser que há trechos que não poder ser reservados, estes não podem ser reservados.

**C) Um Estado não poderá invocar o seu direito interno para justificar o descumprimento de obrigações assumidas em um tratado internacional devidamente internalizado.**

*Comentário:* Art. 27 da Convenção de Viena. Um Estado não é obrigado a assinar o Tratado (é um ato de império), mas se assinar tem que cumprir.

**D) Os tratados que conflitem com uma norma imperativa de Direito Internacional geral têm sua execução suspensa até que norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza derogue a norma imperativa com eles conflitante.**

*Comentário:* Normas de *jus cogens* são normas gerais que guiam os tratados. Os Tratados que conflitem são NULOS. Art. 53 da Convenção. Só se altera normas de *jus cogens* por outra norma de *jus cogens*

## OAB – XXIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 2017

### Questão 21.

Em 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.474, que define os mecanismos para implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, da qual o Brasil é signatário. A respeito dos mecanismos, termos e condições nela previstos, assinale a afirmativa correta.

**A) Para que possa solicitar refúgio, o indivíduo deve ter ingressado no Brasil de maneira regular.**

*Comentário:* Ingressar no Brasil de maneira regular não é requisito para solicitação de refúgio.

**B) Compete ao Ministério da Justiça declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado.**

*Comentário:* Ministro da Justiça é segunda instância. A primeira instância é o CONARE.

**C) O refugiado poderá exercer atividade remunerada no Brasil, ainda que pendente o processo de refúgio.**

**D) Na hipótese de decisão negativa no curso do processo de refúgio, é cabível a interposição de recurso pelo refugiado perante o Supremo Tribunal Federal.**

*Comentário:* É cabível recurso perante o Ministro da Justiça.

**IMPORTANTE A LEITURA DOS SEGUINTE DISPOSITIVOS:**

**CF – ART. 12**

**LINDB – art. 5 a 18**

**Lei de Migração – art. 12; 30; 46 ao 60 e 81 ao 99**

**CPC – artigos 26 a 41 e do 960 até o 965**

